

Belo Horizonte/MG, 03 de novembro de 2022.

Ao Exmo. Senhor
JOSÉ ALVES VIANA
Conselheiro Relator
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Assunto: apresentação de manifestação de defesa junto ao Processo nº 1.077.055, relativo à Inspeção Extraordinária determinada no Acórdão exarado pela Primeira Câmara por força do julgamento da Denúncia nº 862419.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

A sociedade empresária **LIMPEBRAS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.**, já qualificada no processo em epígrafe, por intermédio de seus advogados, vem perante Vossa Excelência **requerer** a juntada da manifestação defensiva, com o subsequente processamento da matéria remetida à apreciação, à luz dos princípios do formalismo moderado e da verdade material, aqui também considerada a plenitude da finalidade da competência fiscalizatória outorgada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

Jair Eduardo Santana

OAB/MG 132.821

OAB/SP 78.891

Raphael Vargas Licciardi

OAB/MG 209.331

OAB/MT 16.550

Juliana de Moura Pereira

OAB/MG 168.200

OAB/SP 459.086

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.****REFERÊNCIAS:**

Processo nº : 1.077.055 – Inspeção Extraordinária
Jurisdicionado : Prefeitura Municipal de Uberaba

LIMPEBRAS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado já qualificada nos referenciados autos da Inspeção Extraordinária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados, apresentar

MANIFESTAÇÃO DE DEFESA

com fundamento no direito constitucional de petição (artigo 5º, XXXIV, “a”, CRFB), aqui igualmente escorada nos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LIV e LV, CRFB), com o respaldo advindo da aplicação subsidiária do artigo 15 do Código de Processo Civil¹, sem descuido ao alcance da previsão contida no artigo 8º do Pacto de San Jose da Costa Rica (Decreto 678/1992)², no artigo 111 da Lei Complementar nº 102/2008 e no artigo § 1º do artigo 172 do RITCE/MG, conforme razões fáticas e jurídicas que se passam a expor:

¹ **Código de Processo Civil:** “Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”

² **Pacto de San Jose da Costa Rica:** “Art. 8º. (...) 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

1. PREAMBULAR RELATIVA À APRECIÇÃO DA MATÉRIA DEFENSIVA:

De modo preambular, inclusive utilizando de certa correlação lógica com o instituto típico da dogmática do direito processual civil, faz-se necessário chamar do feito à ordem para consignar que o recebimento e a correspondente apreciação da presente manifestação perfazem medidas adstritas à preservação de garantias constitucionais, as quais também albergam não apenas a tutela do devido processo legal substancial, mas – *sobretudo* – a consecução da finalidade institucional do Órgão de Controle Externo, na fiscalização das relações de *accountability*³.

Enquanto perspectiva inerente aos **processos de controle**, sobrepõe a compreensão acerca da dinâmica processual deste feito, cuja aplicabilidade prática remanesce bastante evidente a partir **da primazia da flexibilização das formas**⁴, ante o efeito precípua da secundarização da rigidez do rito inerente às fiscalizações de atos e contratos para propiciar o alcance da **verdade material** na apreciação do caso concreto e, por conseguinte, a consecução da finalidade da atividade fiscalizatória.

Isso adquire contornos de maior relevância, se examinado sob o enfoque da natureza das matérias sujeitas à competência dos Tribunais de Contas, as quais **sempre contemplarão questões de ordem pública**, pressupondo, assim, a impossibilidade de restrição à verdade material diante do efeito natural subsequente de tal limitação, com perda da finalidade

³ WILLEMANN, Mariana Montebello. Desconfiança institucionalizada, democracia monitorada e Instituições Superiores de Controle no Brasil, in RDA – Revista de Direito Administrativo, v. 263, mai/ago. 2013. Rio de Janeiro: FGV, p. 232: “Apesar de inexistir consenso teórico a respeito do seu conceito, para os fins propostos neste trabalho, **aborda-se a ‘accountability’ no setor público como a capacidade legal ou política de se assegurar que os agentes públicos, eleitos ou não, sejam responsáveis e responsivos em sua atuação**, sujeitando-se a exigências de justificação e informação aos destinatários acerca de suas posturas e das decisões que adotam e, igualmente, submetendo-se a julgamentos em decorrência de sua boa performance ou em virtude de desvios ou más condutas, culminando com a aplicação de sanções (que pode ser resultados eleitorais adversos ou sanções legalmente previstas).”

⁴ ZYMLER, Benjamin. Direito Administrativo e Controle. 3ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2012, p. 243: “Ao contrário dos processos jurisdicionais, em que o princípio da verdade dos autos predomina, **o processo administrativo deve ser informado pelo princípio da verdade material, pelo simples fato de que os direitos em jogo são sempre de ordem pública** e a atividade processual das partes, no sentido de produzir provas, é meramente subsidiária. [...] O **Princípio do formalismo moderado pode ser tido como corolário do princípio da verdade material, dado que a obtenção da verdade material exige que se desconsidere os aspectos formais ligados à produção dos atos processuais**, acentuando o caráter material dos mesmos.”

perseguida por meio do exercício do controle externo, na forma consagrada no artigo 71 da Carta Maior.

Noutro giro, não se pode negar também que – *na condição de elemento essencial à formação do Estado de Direito* – os Tribunais de Contas se encontram submetidos à observância das premissas fundamentais estampadas tanto na Carta Maior quanto nos Tratados/Convenções Internacionais.

Registre-se, assim, que a dinâmica empregada aos processos de controle externo reporta com maior expressão a atenção à primazia de preceitos fundamentais, ante as características da própria liturgia processual, as quais não guardam a mesma identidade perante o rito habitual na condução dos feitos pelo Poder Judiciário, cujos personagens envolvidos detêm funções individualizadas e específicas, seja na seara penal (por força do sistema constitucional acusatório), seja na dogmática do direito processual civil.

Vale dizer, no campo dos processos de controle, a lógica aplicada à liturgia procedimental reproduz – *via de regra* – de um lado, o Tribunal de Contas, o qual detém a competência proceder o julgamento das contas (art. 71, I, CRFB/88); e de outra banda, aqueles responsáveis pelo manuseio do dinheiro público, incluindo as pessoas jurídicas contratadas.

Resguardadas as devidas vênias por força da linha de argumentação que se faz necessária, infere-se que o Órgão Estatal incumbido para proceder as investigações/fiscalizações e auditorias, também assume a direção dos julgamentos subsequentes, sem desconsiderar a importância da competência outorgada aos Tribunais de Contas, cujo exercício permanece firme sob a roupagem do Estado Sancionador, ainda que dentro da imprescindível jurisdição do controle externo.

Ademais, conquanto existente uma espécie de inversão da parcela do ônus da prova nas relações processuais formadas nos processos de controle, é certo que a gestão dos elementos probatórios se mantém no domínio de agentes públicos, com poder de “acusação” e “julgamento”.

Ou seja, embora a natureza das questões tratadas nos processos de controle satisfaça o conceito de “**matéria de ordem pública**”, cujo efeito acaba por dar abrigo à aplicação da verdade material e do formalismo moderado, todo o acervo probatório adstrito a conclusões sobre eventuais achados/irregularidades decorre – *em princípio* – de ações unilaterais promovidas pelos agentes do próprio Tribunal de Contas, as quais conservam uma linha de carga acusatória sobre determinado fato tido por irregular.

Dessa compreensão se pressupõe a essencialidade da cautela exigida na condução dos processos de controle perante as limitações práticas intrínsecas à defesa de fatos ocorridos a partir do ano de 2013, não obstante o caráter cogente daqueles preceitos estampados na Carta Maior.

Não por acaso, a atual estrutura constitucional democrática espelhou a condição inaceitável de qualquer atuação estatal assemelhada aos regimes autoritários e antidemocráticos, na qual o direito serve apenas para legitimar próprias conduções arbitrárias, em nítida violação à segurança jurídica e à ampla defesa, conforme já assentado nos incontáveis precedentes das Cortes Superiores.

Longe de uma perspectiva maniqueísta, cumpre acentuar o propósito desta defesa **atrelado à consecução da verdade material**, a qual reconhece a importância do exercício da competência outorgada ao egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como a relevância da natureza impositiva dada ao devido processo legal e à ampla defesa, nas concepções fixadas no texto da Carta Maior.

À vista do exposto, torna-se pertinente antecipar a falta de licitude no eventual acolhimento de conclusões desacertadas sobre o caso concreto, pautadas sob premissas de mera presunção dos fatos, sem o respaldo mínimo da materialidade relativa aos achados de auditoria.

Destarte, com base na fundamentação acima, bem como no princípio do devido processo legal, também inclusos os demais preceitos corolários do direito fundamental à liberdade processual, **requer-se a admissibilidade do ingresso nos autos desta Requerente** na qualidade de terceiro interessado.

2. DO CONTEXTO FÁTICO:

Adentrando ao contexto da presente manifestação defensiva, tem-se a atividade fiscalizatória advinda da 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, a qual recaiu sobre a execução do Contrato nº 036/2012, sendo este oriundo do resultado do procedimento licitatório Concorrência Pública nº 004/2012.

Como sinalizado no relatório da Unidade Instrutiva, **sobrepôs a indicação de 7 impropriedades**, entre as quais há 4 achados, relativos à execução dos trabalhos propriamente dita, e outros 3 apontamentos, atinentes aos mecanismos de controle do Contrato nº 036/2012, senão vejamos a descrição pormenorizada na sequência:

- 1)** Pagamento pelo item “Equipe Padrão” sem registros de fiscalização, controles e memórias de cálculo de quantitativo;
- 2)** Aditamento de prazo de contrato por período excepcional, sem justificativas plausíveis e sem autorização da autoridade superior;
- 3)** Irregularidades na realização de aditivo contratual no total de 25% do valor contratado;
- 4)** Utilização da Equipe Padrão para a execução de serviço não contratado;
- 5)** Ausência de certificado de calibração do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) vigente;
- 6)** Ausência da licença ambiental de destinação final (Aterro Sanitário);
- 7)** Ausência de documentos comprobatórios da realização dos serviços.

Eis, no essencial, o contexto fático-processual.

3. PRELIMINAR RELATIVA AO PODER-DEVER PARA ALCANÇAR OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS SOBRE OS PAGAMENTOS DO ITEM “EQUIPE PADRÃO”:

No tocante ao achado referente aos pagamentos pelo item “Equipe Padrão” do Contrato nº 036/2012, impende sublinhar que houve a pressuposição de fatos pela Unidade Instrutiva para permitir fundamentar a

conclusão quanto à inexistência da execução dos quantitativos mensais demandados.

Ora, se sobreposta a dúvida acerca dos valores gastos com o item “Equipe Padrão”, o qual se dirigiu a garantir a execução de serviços de limpeza diversos, mormente no período correspondente aos de 2017 e 2018, porquanto desenvolvidos os trabalhos nos terrenos de particulares, é natural que a competência institucional do Órgão de Controle deveria direcionar a busca das informações correlatas junto à Secretaria Municipal de Fazenda, frente as cobranças feitas diretamente aos proprietários do imóvel.

No entanto, perseguindo o caminho mais fácil para calçar uma linha de argumentação acusatória, provocou-se o questionamento sobre o motivo da diminuição da demanda dos quantitativos no mês de julho de 2016, suscitando – *por mera pressuposição hipotética* – a tendência de acúmulo de atividades.

Segundo tal raciocínio, os alegados “fortes indícios” de inexecução dos serviços replicou a indicação da potencial ocorrência de dano ao erário, muito embora remanesça ausente a presença dos elementos intrínsecos a qualquer imputação.

Dito isso, é relevante salientar que, seguindo a doutrina pátria majoritária e a pacífica posição da jurisprudência, a responsabilização subjetiva adotada nos processos de controle – *baseada na teoria da culpa* – exige a demonstração de quatro elementos para qualquer imputação⁵, entre os quais, está a conduta, a culpa genérica (dolo e culpa stricto sensu), o nexo de causalidade e o dano ao bem jurídico tutelado⁶, não obstante a ausência de todos eles na indicação da impropriedade em apreço.

Forte na aplicabilidade da teoria da culpa, como parâmetro de responsabilização subjetiva, denota-se que, conquanto a culpa seja requisito essencial à imputação da impropriedade, **não constam nos autos dados**

⁵ **TCU.** Acórdão 1465/2016-Plenário. Relator Min. Benjamin Zymler. Enunciado: “**A responsabilidade pelo dano no âmbito do TCU é subjetiva**, de modo que para a imputação de débito devem ser avaliadas a conduta do agente, a culpa em sentido amplo (culpa em sentido estrito ou dolo), o dano e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.”

⁶ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: Volume Único. 7 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017, p. 339.

probatórios capazes de evidenciar a conduta (comissiva ou omissiva) da Defendente, tampouco há elemento indicador da assunção de algum risco não permitido ou da existência da percepção sobre a previsibilidade da ocorrência de eventual sobrepreço, com a violação do dever de cuidado, motivo porque remanescem ausentes o comportamento delitivo, a culpabilidade na ocorrência da suposta falha e o nexo de causalidade.

Sob esse prisma, frise-se que é defeso no ordenamento jurídico-administrativo brasileiro a presunção de fatos para imputação de culpa a alguém, sendo a comprovação de tal elemento, essencial a motivação da decisão sobre a responsabilização, conforme ensinamento doutrinário de Jacoby Fernandes⁷, *in verbis*:

Assente-se, porém, que, **no processo administrativo, ressalvada as presunções autorizadas por lei, descabem, por completo, as demais como meio de prova.** Servem e são válidas num maior contexto como desenvolvimento de raciocínio lógico, na medida em que se harmonizam com o conjunto probante e, mesmo assim, adotadas com a máxima cautela. [...] Por outro lado, não há como dizer que uma conta é irregular sem identificar a causa da irregularidade e o agente responsável. **Sem esses elementos, não há como garantir a ampla defesa e o contraditório.**

Tratando especificamente da fragilidade na conclusão da Unidade Instrutiva, a qual, via de regra, deveria pressupor uma análise técnica e objetiva acerca do objeto da atividade fiscalizatória, reitera-se que o caráter altamente abstrato e genérico do diagnóstico refletiu a clara restrição à amplitude do exercício da defesa, sobretudo perante a ausência de elementos mínimos para qualquer responsabilização – tais como conduta, nexo de causalidade, culpa e dano a algum bem jurídico protegido.

Notadamente que essa compreensão a respeito da limitação irregular de uma garantia constitucional (artigo 5º, LV, CF/88) está intimamente atrelada à percepção sobre a diminuição do direito de liberdade processual (artigo 5º, caput, CF/88), cujo preceito salvaguarda a possibilidade de

⁷ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tribunais de Contas do Brasil. 3ª rev. atual. e ampl. Belo horizonte; Fórum, 2012, p. 241 e 414.

escolhas à Defendente, acerca dos mecanismos e da estratégia de atuação na contraposição à análise conjecturada da Equipe de Auditoria⁸.

Com mesmo efeito, embora se reconheça o caráter aberto da impropriedade e a subjetividade inerente ao sopesamento de eventuais apenamentos pelas Cortes de Contas, é inquestionável que, no presente caso, as fragilidades observadas na confecção do Relatório Técnico comprometerão diretamente a regularidade do julgamento, sobretudo porque, certamente, obstaculizará a clareza na apreciação de elementos balizadores da dosimetria, como o nível de gravidade, a valoração de circunstâncias fáticas e jurídicas, além das informações pertinentes à própria materialidade e à culpabilidade dos envolvidos.

A fim de melhor guarnecer a fundamentação deduzida, expõe-se na sequência a posição do Tribunal de Contas da União:

A responsabilidade dos jurisdicionados perante o TCU é de natureza subjetiva [...]. (TCU. Processo 003.041/2016-6, Acórdão 4485/2020-Primeira Câmara, Relator Min. Benjamin Zymler, Sessão em 14.04.2020).

A aplicação de sanções, na sistemática processual do TCU, **guarda relação com a materialidade dos fatos e a culpabilidade dos responsáveis**, não com sua capacidade financeira em quitar a dívida. (TCU. Acórdão 1.790/2014-Plenário. Relator Min. Benjamin Zymler).

No âmbito dos processos do TCU, a responsabilidade dos administradores de recursos públicos, com base no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, **é de natureza subjetiva, seguindo a regra geral da responsabilidade civil**. Portanto, são exigidos, simultaneamente, três pressupostos para a responsabilização do gestor: **i) ato ilícito** na gestão dos recursos públicos; **ii) conduta dolosa ou culposa**; **iii) nexo de causalidade** entre o dano e o comportamento do agente. Deve ser verificada, ainda, a ocorrência de eventual excludente de

⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do novo processo civil. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, p.66 e 67: **“A liberdade processual é todavia óbvia projeção processual da própria garantia geral de liberdade** (art. 5º, caput). É também – e acima de tudo – uma intuitiva decorrência de várias outras garantias constitucionais do processo. O pleno e eficaz exercício das garantias constitucionais do processo. O pleno e eficaz exercício das garantias de ingresso em juízo e acesso à justiça (art. 5º, inc. XXXV), do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inc. LV) depende da liberdade que as partes tenham de atuar segundo suas próprias estratégias, suas escolhas, sua vontade e sua conveniência. **O conteúdo dessa liberdade é representado pelo conjunto de faculdades de que as partes dispõem ao longo de todo o processo**, qualquer que seja a espécie deste ou o tipo do procedimento.”

culpabilidade, tal como inexigibilidade de conduta diversa ou ausência de potencial conhecimento da ilicitude. (TCU. Processo 000.630/2012-8, Acórdão 2781/2016-Plenário, Relator Min. Benjamin Zymler, Sessão em 01.11.2016).

Em sintonia, está a posição do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

A responsabilidade dos jurisdicionados perante o Tribunal de Contas é de natureza subjetiva, caracterizada mediante a presença de simples culpa stricto sensu (por imprudência, negligência ou imperícia), sendo desnecessária a conduta dolosa ou com má-fé, baseando-se nos pressupostos de: quantificação do dano; identificação da conduta culposa; e demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano causado. (TCE-MT. Processo 1.628-4/2014, Acórdão 321/2018-TP, Relator Conselheiro Subs. Luiz Henrique Lima, Sessão em 14.08.2018).

De igual modo, indicando a posição do Superior Tribunal de Justiça, insta transcrever o precedente do e. TJ-ES, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. PODER DE POLÍCIA. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA ADMINISTRATIVA DIVERSA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DECORRENTE DAS NORMAS CONSUMERISTAS. [...]. 1. **De acordo com o STJ, a aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados)**, mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano" (REsp nº 1.251.697/PR; Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/04/2012). (...). 4. Recurso improvido. (TJ-ES - APL: 00156170720158080024, Relator Des. Jorge do Nascimento Viana, j. 18.06.2018, 4ª Câmara Cível, DJ 28.06.2018).

Ora Exa., atentando para preservação de vários axiomas fundamentais explícitos na Magna Carta, cuja força normativa de todos detém alta carga valorativa no ordenamento jurídico pátrio, não se pode negar que a acidental recusa desta preliminar ainda guardará consigo o deslocamento da legitimidade do exercício da competência outorgada ao Tribunal de Contas,

enquanto parte estruturante da democracia institucional na fiscalização das relações de *accountability*.

Assim, com base nos fundamentos preconizados anteriormente, tendo em vista a presença dos vícios assinalados, a mácula ao devido processo legal, a restrição à amplitude da defesa e a limitação ao contraditório, **requer-se** a devolução da matéria à Unidade Instrutiva para melhor complementação dos fundamentos do apontamento, com a subsequente reprodução dos atos de citação.

4. DO MÉRITO:

Como se denota do Relatório de Inspeção Extraordinária, o somatório das impropriedades reproduziu a conclusão equivocada da 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia quanto à imputação do débito na ordem de R\$ 12.553.057,44, tendo como base a suposta falta de necessidade do aditivo contratual de 25%.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012 fora celebrado na data de 02 de julho de 2012, contemplando como objeto um conjunto de serviços de natureza continuada, o que, por consequência lógica, envolveu a incidência das permissividades legais inerentes a esta espécie de contratação.

Registre-se, portanto, que as prorrogações do prazo de vigência e a configuração do processamento da despesa vinculada à execução contratual seguiram o regime atinente às contratações de serviços de natureza continuada, sem ultrapassar as balizas definidas na Lei nº 4.320/1964 e na Lei nº 8.666/1993.

Malgrado a obviedade do tema, não se pode negar a distinção inequívoca que recai sobre esse ponto da matéria, pois, enquanto os contratos comuns de aquisições instituem “obrigações de dar ou entregar” determinado

produto/serviço, os contratos de serviços continuados albergam uma “obrigação de fazer” de caráter habitual e ininterrupto⁹.

Isso – *naturalmente* – traz à execução do contrato uma roupagem distinta das demais formas de contratações (por escopo), considerando a imprescindibilidade do desenvolvimento dos serviços ao longo do tempo para municipalidade, bem como as dificuldades e os custos inerentes à mobilização (e desmobilização) de pessoal na região, aqui também reportada a permanência da proteção ao interesse público primário incluso no objeto contratual, cujo sentido prático está vinculado à supressão de certa necessidade ininterrupta do Órgão Contratante.

Vale dizer, a caracterização do caráter contínuo de determinado serviço guarda dependência lógica à sua essencialidade para a Administração e à manutenção da integralidade do interesse público inserido no objeto do contrato¹⁰.

Quer se alertar, portanto, para a circunstância elementar de tais modelos de contratação, advinda da incidência do disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/1993 (e não do inciso IV do artigo 57 da L. 8666/93), o que permite a renovação do prazo de vigência contratual e da base de cálculo estabelecida entre as partes.

In casu, o esclarecimento a respeito da natureza do Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012 adquire contornos de maior relevância, mormente porque houve a exposição de correlações equivocadas e premissas desacertadas para sustentar o conjecturado dano ao erário.

Dessa compreensão decorre o equívoco na indicação de imaginado superfaturamento no 2º Termo Aditivo, o qual fora promovido para assegurar o combate à determinada situação de saúde experimentada pelo município de

⁹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p. 297: “A expressão ‘serviços contínuos’ não traria maiores confusões, não fosse o fato de que maus intérpretes pretenderam atribuir-lhe sinonímia a serviços essenciais; felizmente, **prevaleceu o entendimento coerente com o preciso sentido do termo, ou seja, aplicam-se as prescrições do artigo 57, II, referido, aos serviços, cuja execução se protraí no tempo.**”

¹⁰ TCU. Acórdão 132/2008-Segunda Câmara, Relator Min. Aroldo Cedraz, sessão em 12.02.2008. Enunciado: “O caráter contínuo de um serviço é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”

Uberaba/MG, após a celebração do Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012, a qual não havia sido identificada na etapa de planejamento da Concorrência Pública nº 004/2012, aqui considerada a elevação substancial e persistente do número de casos de pessoas infectadas pelo vírus da dengue na região.

Tal fato, ademais, **se configura como notório e incontroverso**, dada a divulgação de inúmeras matérias jornalísticas¹¹.

Retornando às particularidades da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012, é certo que não houve a reprodução de atos contrários aos ditames legais, tampouco oposição às premissas consignadas nas cláusulas editalícias da Concorrência Pública nº 004/2012, **tendo os serviços sido devidamente desenvolvidos e pagos**.

Acerca desse aspecto da matéria de defesa, impende esclarecer a cultura de regras internas da empresa Defendente, a qual espelha a reprovação de todo ato capaz de tipificar algum ato ilícito, ainda que deles resultem eventual benefício (direto ou indireto).

Feita a abordagem de defesa pertinente ao objeto da Inspeção Extraordinária, especialmente quanto aos pontos indicados pela Unidade Instrutiva como contrários à legislação, reitera-se a insuficiência dos achados, bem como a conformidade legal da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012.

5. DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, tendo como base toda fundamentação deduzida acima, **requer-se** o acolhimento das razões defensivas apresentadas, inclusive quanto ao pleito suscitado preliminarmente, e, **no mérito**, a rejeição dos

¹¹ **Acesso:** [1] <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/04/uberaba-intensifica-combate-dengue-apos-alerta-de-infestacao.html>;

[2] <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/10/estiagem-reflete-em-aumento-de-casos-de-dengue-em-uberaba.html>;

[3] https://www.conasems.org.br/brasil_aqui_tem_sus/experiencia-em-uberaba-diminui-mais-de-2-mil-casos-de-dengue-no-municipio/;



apontamentos levantados pela Unidade Instrutiva, frente a legalidade da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 036/2012.

Nesses termos, pede-se deferimento.

Belo Horizonte/MG, 03 de novembro de 2022.

Jair Eduardo Santana

OAB/MG 132.821

OAB/SP 78.891

Raphael Vargas Licciardi

OAB/MG 209.331

OAB/MT 16.550

Juliana de Moura Pereira

OAB/MG 168.200

OAB/SP 459.086